



ARTE PÚBLICA NO CONCELHO DE ALMADA

Ana Isabel Ribeiro
Directora da Casa da Cerca

O início

Gostaríamos de começar por agradecer o convite que nos foi dirigido para participarmos nestas Jornadas, já que este constitui o primeiro momento de apresentação pública do nosso trabalho que vem sendo desenvolvido em torno da arte pública do concelho de Almada, desde o final de 2003.

O início do Inventário, ainda em curso, tem uma relação directa com uma orientação superior no sentido de que, em 2004, fossem realizadas iniciativas em vários equipamentos municipais que assinalassem a passagem dos 30 anos do 25 de Abril. Neste sentido, e de acordo com a sua área específica de actuação, a Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea propôs a realização de uma exposição em torno da arte pública no concelho. Esta exposição constituiu o primeiro evento de uma série de outras mostras que incidiram sobre a intervenção da Câmara em outras áreas como o património edificado, a educação, a juventude, etc.

Face ao universo a abordar, sumariamente conhecido e identificado mas que como conjunto se apresentava desde logo de importância e interesse inquestionáveis, foi constituído um grupo de trabalho coordenado pela Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, pelo Museu da Cidade e pela Divisão de Museus da Câmara Municipal de Almada. Foi traçada uma metodologia inicial a partir dos dados disponíveis e criada uma ficha-base de inventário. Através de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, passaram a colaborar connosco três recém-licenciados em História da Arte para a realização do trabalho de campo, desenvolvendo também a investigação documental. Foram então sistematizados dados

relativamente às obras a integrar a exposição, paralelamente à recolha de outros elementos como desenhos, maquetes e fotografias.

No decorrer desta fase inicial, tivemos conhecimento do trabalho desenvolvido em Barcelona e foi estabelecido contacto com o Prof. Remesar que imediatamente se disponibilizou para nos apoiar. O nosso trabalho foi desde logo perspectivado de outro modo, sendo a exposição em preparação claramente entendida e assumida internamente como o ponto de partida para uma investigação que teria, necessariamente, que prosseguir após o seu encerramento. Reformulámos a nossa ficha inventário, aproximando-a o mais possível à utilizada no Monere e ganhámos novo alento para ultrapassar os constrangimentos inerentes a qualquer trabalho de investigação.

Dada a natureza do objecto em estudo, foi desde logo necessário envolver não só outros serviços municipais a fim de consultar documentação associada à administração do município (nomeadamente as Actas das sessões de Câmara), mas também muitos dos autores das obras que possuíam documentação específica, ao mesmo tempo que iniciámos uma pesquisa bibliográfica no Arquivo Histórico Municipal e na Biblioteca e que, numa fase posterior, foi alargada a outros locais.

A exposição, que registou grande número de visitantes, apresentou cerca de 40 obras colocadas no espaço público ou ainda as que, colocadas em espaços interiores (sobretudo painéis cerâmicos em escolas), eram claramente visíveis do exterior. Foi editado um catálogo e, como uma iniciativa paralela, foram organizados os denominados “*Percursos da Arte – Visitas Guiadas à Arte Pública do Concelho de Almada*”, ou seja, três itinerários (1. Pragal / 2. Almada e Cacilhas / 3. Almada) que percorriam três conjuntos diferentes de obras mas que, pela sua distância permitiam um percurso pedonal.

Pela primeira vez as obras de arte pública foram apresentadas como objectos “*de exposição*” e, apesar da inversão do seu sentido original (colocação no espaço exterior, redução de escala, descontextualização urbana, entre outras), foram vistas de outro modo, com um grau de aproximação muitas vezes impossível de alcançar nos seus locais de implantação. Cada peça foi apresentada com uma fotografia com carácter de registo, com uma planta de localização (que assinalava também as obras na sua proximidade), uma ficha abreviada com os elementos descritivos essenciais e, quando existentes, esquisos, desenhos técnicos, fotografias de montagem da peça ou maquetes. Várias vitrines continham documentação impressa sobre as obras.

Após o encerramento da exposição foram completadas muitas das fichas-inventário e identificadas mais do dobro das obras até então recensadas, sobretudo as que se encontram no interior de espaços públicos ou privados, mas de acesso público.

Neste momento apresentámos uma candidatura ao Programa de financiamento do POC para a digitalização do inventário e conclusão das fichas no que diz respeito à recolha de imagens fixas e animadas, financiamento esse que viabilizará também fundos para pagamento aos comentadores, à tradução das fichas e, sobretudo, à



POC. Programa Operacional da Cultura (Portugal)

criação de um site para disponibilização on-line da informação. Este projecto estrutura-se em torno de quatro grandes objectivos:

- 1 – Democratizar o acesso à cultural através do recurso às novas tecnologias de informação;
- 2 – Viabilizar a criação de um modelo de gestão da arte pública, assente no site como um instrumento operacional;
- 3 – Produzir e divulgar o conhecimento do espaço público concelhio;
- 4 – Incentivar o turismo cultural.

Caracterização da arte pública do Concelho

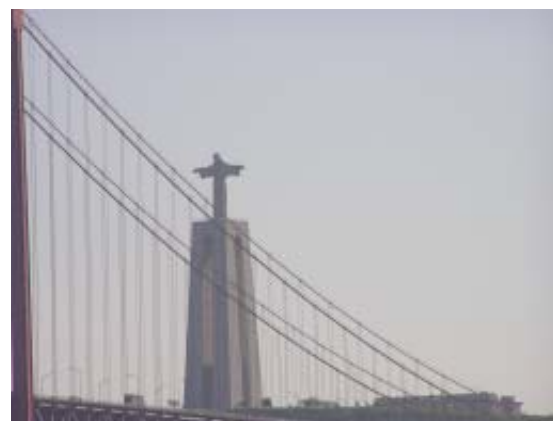
Ainda sem o inventário concluído, parece-nos possível a partir dos dados já sistematizados, traçar algumas coordenadas caracterizadoras da Arte Pública do Concelho de Almada. Neste sentido, um factor aglutinador e viabilizador fundamental tem sido a estabilidade do executivo municipal, que tem permitido um aumento significativo de colocação de obras desde o início da década de 90.

Importa referir que até aos anos 80 a situação do concelho de Almada não era diferente das de muitas cidades dormitório assoladas pela especulação imobiliária, com um crescimento urbano desordenado e sem pólos de vivência cultural, exceptuando as sociedades recreativas que, ligadas ao associativismo popular, desempenharam um papel fundamental neste domínio durante o fascismo.

Porém, neste contexto específico, há que assinalar o surgimento de duas obras pioneiras que, dadas as suas assimetrias, exprimem o seu próprio tempo: trata-se da colocação, em 1955, num dos jardins mais importantes de Almada que estava em processo de reformulação, o actual jardim Alberto Araújo, de painéis de azulejos num murete que ladeia uma fonte, com uma funcionalidade meramente decorativa, da autoria do então jovem e ainda quase desconhecido Manuel Cargaleiro.

Contou-nos o próprio que a obra surgiu de um convite que lhe foi dirigido pelo Presidente da Câmara da altura, que conhecia pessoalmente. A obra teve grande impacto não só por se tratar de uma encomenda algo inédita ao seu tempo, mas também pelo facto de ter sido admitida a sua formulação numa linguagem abstracta. Durante muito tempo estudantes de Belas Artes de Lisboa organizavam-se em grupo com o objectivo de ver os painéis. É preciso lembrar que este foi o início da reabilitação do azulejo como um elemento integrante dos edifícios, fruto da chamada “*integração das três artes*”, ideia defendida e posta em prática pela geração de arquitectos que ainda jovens seguem a geração dos arquitectos modernistas.

Outra obra colocada nos anos 50, alvo também de visitas de grupo mas com características muito diferentes (actualmente é o terceiro maior lugar de peregrinação da Península Ibérica, a seguir a Santiago de Compostela e do Santuário de Fátima), foi a construção do Cristo-Rei, iniciada em 1952 e terminada em 1959.



Da autoria do escultor Francisco Franco, com pedestal do arq. António Lino, é uma obra que, estando no concelho de Almada, é concebida e colocada para ser vista de Lisboa. Este é um caso único de um monumento que, apesar de atrair anualmente milhares de visitantes, não traz qualquer mais-valia para o concelho. Normalmente o percurso até ele é feito de camioneta ou de carro. Terminada a visita, as pessoas regressam sem que dessa visita sejam retirados quaisquer benefícios de potencialização turística e necessariamente também económicos, entre outros, apesar de para a ele se aceder ter que ser feito o atravessamento da cidade.

Até a início dos anos 90, são colocadas obras no espaço público com a clara função de qualificação desse mesmo espaço, porém cumprindo ainda uma funcionalidade de carácter ornamental. São esculturas para espaços exteriores, não necessariamente urbanos, que são doadas ou adquiridas pela Câmara e colocadas sem actos inaugurais a assinalar o evento.

Até então, na década de 80, surgiram obras como o *Monumento ao Bombeiro*, de Anjos Teixeira (inaugurada em 1982), o *Monumento a Fernão Mendes Pinto*, de António Duarte (inaugurada em 1983), o *Monumento aos Pescadores*, de Jorge Pé-Curto (inaugurada em 1984), último este alvo do primeiro concurso público para uma escultura de que temos conhecimento no concelho de Almada, aberto em 1984.

Toda esta série foi precedida, em 1979, com a inauguração da obra *“Os Perseguidos”*, de Anjos Teixeira, obra adquirida por subscrição pública, que homenageia todos os homens e mulheres vítimas da perseguição fascista. Este é, sem dúvida, e ainda actualmente, o mais simbólico de todos os monumentos do concelho: é para a praça onde está colocado, também simbolicamente designada de M.F.A. (Movimento das Forças Armadas), que culmina todos os anos o desfile comemorativo do 25 de Abril. Parece ser este um caso paradigmático da apropriação colectiva de um monumento que cumpre, junto da população, um papel específico.

Os anos 90 iniciam uma nova etapa na colocação de obras de Arte Pública no concelho: é, de acordo com o Plano de Actividades da Câmara, a *“Década do Desenvolvimento Integrado”*. Tinha terminado o período que, abrangendo as duas décadas anteriores (a de 70 e 80), é designado *“Do Planeamento à Infraestruturação”*. Ou seja, os anos 90 são aqueles que tornam materializáveis os grandes ideais, as grandes causas do concelho. Neste âmbito, nas Opções do Plano estavam previstas intervenções como: a edificação de unidades de equipamento para a cultura e para o desporto (é nos anos 90 que é inaugurada a Casa da Cerca, o Fórum Municipal Romeu Correia e o Complexo Municipal de Desportos *“Cidade de Almada”*); a qualificação da estrutura urbana; o desenvolvimento de respostas de âmbito sócio-cultural diversificadas; e ainda a afirmação de iniciativas artístico-culturais.

É a década do *Monumento ao Trabalho* (José Aurélio, 1993), do *Monumento ao Associativismo Popular* (Virgínia Fróis, 1994, Feijó, junto ao Complexo Municipal de Desportos), também realizado por concurso público, tal como o *Monumento à Vida* (Sérgio Vicente, 1996-97, Feijó),





do *Monumento à Paz* (José Aurélio, 1999-2000, Cova da Piedade) e, finalmente do *Monumento à Liberdade* (Jorge Vieira, 1999, Almada), inaugurado no âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.

Outro momento relevante da implantação de obras verificou-se em 2001, quando foram colocadas no concelho 11 esculturas, tantas quantas as suas freguesias, no intuito de comemorar os 25 anos do Poder Local Democrático, realizadas por convite directo a um conjunto de 11 escultores.

Ponto de situação e perspectivas

Parece claro que, na sua grande maioria, as obras existentes, que têm o município como seu principal promotor, assentam no pressuposto da qualificação do espaço urbano, marcando quer as novas áreas construídas quer as zonas antiga alvo de processos de requalificação e, muito raramente as rotundas, prática recorrente em muitos municípios. Por outro lado, verifica-se que todas as obras privilegiam linguagens, temáticas e técnicas contemporâneas.

Por outro lado, o programa de implantação de obras de arte no espaço público obedece, maioritariamente, a uma lógica comemorativa

e celebrativa de causas e ideários transversais tanto à memória colectiva do concelho como aos valores inerentes à cidadania e, mais genericamente, a toda a humanidade. Neste sentido, parece ser possível considerar-se que, mais do que a marcação do espaço urbano, este é um caminho conducente à politização do espaço público concelhio, ainda que com diferentes incidências e com grandes assimetrias que traduzem as polaridades fundamentais, como se pode verificar pela distribuição das obras de arte pública pelas 11 freguesias do Concelho.

Também, e uma vez que a opção pelo concurso público, mesmo por convites, não é uma prática recorrente, verificam-se reincidências evidentes entre os autores das obras. No entanto, são em maior número os escultores não residentes no concelho.

Neste quadro, e à semelhança do que já se vem sentindo noutras cidades, parece pertinente orientar o nosso trabalho no intuito de sensibilizar o município para a necessidade de dar início aquilo que se poderá designar por um “manual de boas práticas de implementação de obras de Arte Pública”.

Tal é ainda mais pertinente na medida em que a iniciativa privada, sobretudo os promotores imobiliários, talvez por um processo de osmose, contaminação ou moda, começaram a privilegiar nos seus empreendimentos, como uma possibilidade de acréscimo de lucro, a colocação de “obras de arte” nas empenas ou nos átrios dos edifícios, com todos os perigos de “poluição visual” eminente que tudo isto acarreta. Porque, apesar de tudo, os escultores convidados directamente pela autarquia para conceber obras para o concelho são nomes de referência no panorama da arte contemporânea portuguesa, o que não se verifica nestes empreendimentos. Uma das poucas excepções é o painel cerâmico de Manuel Cargaleiro num edifício à entrada da Costa de Caparica.

O “manual de boas práticas” permitirá ainda, para além de minimizar estes aspectos, ser uma ferramenta fundamental no quadro de definição de um modelo de gestão da arte pública. Assente no site, este modelo permitirá o desenvolvimento de programas sistemáticos e coerentes tanto de manutenção e conservação das obras, como da sua colocação, interagindo com os cidadãos na medida em que nesse site está prevista a criação de um espaço de opinião on-line.

Neste momento, todos nós que há mais de um ano nunca mais “largámos” a Arte Pública, temos indícios de que podemos estar optimistas e que o nosso trabalho já começou a dar alguns frutos, ainda que ténues: a Arte Pública foi o tema da agenda municipal deste ano (a escolha de obras e todas as informações correspondentes foram-nos solicitadas), dados, ainda que sucintos, também nos foram pedidos sobre algumas peças para incluir na reedição do roteiro toponímico de Almada, contámos com todo o apoio e interesse da Presidente da Câmara na apresentação da candidatura ao POC. Enfim, talvez não seja inteiramente meritória esta marcação de “território”, mas é, sem dúvida, um caminho de prudência, que nos dá maior segurança para continuarmos o projecto que iniciámos.